

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2011

22

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**VITIMIZAÇÃO NO BRASIL
E ESPÍRITO SANTO:
PNAD - 2009**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

**TEXTO PARA
DISCUSSÃO** | **22**

VITIMIZAÇÃO NO BRASIL E ESPÍRITO SANTO: PNAD - 2009

Pablo Lira
Geógrafo, especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais

Ana Paula Santos Sampaio
Socióloga, coordenadora de Estudos Sociais

Instituto Jones dos Santos Neves

Vitimização no Brasil e Espírito Santo: PNAD-2009. Vitória, ES, 2011.

45p. tab. (Texto para discussão, 22)

ISBN 978-85-62509-66-7

1.Vitimização. 2.Segurança Pública. 3.Violência. 4.PNAD. 5.Brasil.
6.Espírito Santo(Estado). I.Lira, Pablo.
II.Sampaio, Ana Paula Santos. III.Título. IV.Série

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

Sumário

Apresentação

2. Considerações Metodológicas	6
3. Vitimização no Brasil e no Espírito Santo	10
3.1 Sensação de Segurança	10
3.2 Dispositivo de Segurança	15
3.3 Roubo e Furto	23
3.4 Agressão Física	34
4. Considerações Finais	39
5. Referências Bibliográficas	43

Lista de figuras

Figura 01 - Distribuição (%) da população segundo as faixas etárias, Espírito Santo – 2009	9
Figura 02 - Distribuição (%) da população segundo as classes de rendimento mensal domiciliar per capita (Salário Mínimo - SM), Espírito Santo – 2009	9
Figura 03 - Mapa sobre a sensação de segurança nas cidades, Brasil – 2009	12
Figura 04 - Percentual das pessoas que sentiam seguras em suas cidades segundo as faixas etárias, Espírito Santo – 2009	14
Figura 05 - Percentual das pessoas que sentiam seguras em suas cidades segundo as classes de rendimento mensal domiciliar per capita (Salário Mínimo - SM), Espírito Santo – 2009	15
Figura 06 - Percentual de dispositivos de segurança nos domicílio particulares permanentes, Espírito Santo – 2009	17
Figura 07 - Mapa sobre a presença de dispositivos de segurança em domicílios particulares permanentes (tipo: casa), Brasil – 2009	22
Figura 08 - Mapa sobre a presença de dispositivos de segurança em domicílios particulares permanentes (tipo: apartamento), Brasil – 2009	23
Figura 09 - Distribuição (%) das vítimas de roubo e furto segundo as faixas etárias, Espírito Santo – 2009	24
Figura 10 - Distribuição (%) das vítimas de roubo e furto segundo as classes de rendimento mensal domiciliar per capita (Salário Mínimo - SM), Espírito Santo – 2009	25
Figura 11 - Mapa da vitimização de roubos, Brasil – 2009	28
Figura 12 - Mapa das vítimas de roubos que não procuraram pela polícia, Brasil – 2009	29
Figura 13 - Mapa da vitimização de furtos, Brasil – 2009	31
Figura 14 - Mapa das vítimas de furtos que não procuraram pela polícia, Brasil – 2009	32
Figura 15 - Mapa da vitimização de agressões físicas, Brasil – 2009	37
Figura 16 - Mapa das vítimas de agressões que não procuraram pela polícia, Brasil – 2009	38

Apresentação

No Brasil, a produção do conhecimento no campo da Segurança Pública se intensificou, sobretudo, no final do século XX. Na primeira década do século XXI, a utilização de informações estratégicas se consolidou como elemento fundamental para o planejamento de ações de combate e prevenção da criminalidade violenta.

Nesse sentido, disseminaram-se, por várias unidades da federação, iniciativas exitosas, como a estruturação de centros integrados operacionais, os sistemas de registros de ocorrências policiais, o geomonitoramento das ações policiais, o geoprocessamento da criminalidade, por meio dos mapas de hot spots, as pesquisas quantitativas que tomam como base os bancos de dados oficiais sobre crimes e violências, entre outras experiências.

As pesquisas de vitimização compõem o conjunto de ferramentas e instrumentos que oferecem subsídios para os processos decisórios no campo da Segurança Pública. Entretanto, observou-se que, nas últimas décadas, essas pesquisas foram produzidas de forma pouco expressiva, sobretudo, em se tratando da escala nacional.

O suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, intitulado Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil, pôs fim a um vazio de mais de 20 anos de falta de produção de informações sobre vitimização em nível nacional. Dessa forma, o presente texto tem como objetivo analisar, por meio da literatura especializada e de recursos da geoestatística, o suplemento sobre vitimização da PNAD – 2009, caracterizando os perfis das vítimas de crimes no Brasil e detalhando esses perfis no estado do Espírito Santo.

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

No segundo semestre de 2010 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE publicou os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. O modelo de pesquisas domiciliares, desenvolvido e implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, por meio da criação da PNAD, possui como finalidade a produção e sistematização de informações essenciais para o desenvolvimento socioeconômico do país, tais como características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, migração, fecundidade, saúde etc.

Em 1988 a PNAD agregou em suas investigações suplementares os temas justiça e vitimização. De acordo com Carneiro (2007), uma das primeiras tentativas de se medir a incidência de crimes com base em entrevistas domiciliares foi feita nos Estados Unidos, na década de 1960.

O National Crime Survey, posteriormente batizado de National Crime Victimization Survey - NCVS, foi proposto em 1965 por uma comissão presidencial – Lyndon Johnson – como um instrumento que permitiria examinar as causas e as características do crime nos EUA (CARNEIRO, 2007, p.64).

O referido autor salienta ainda que, desde então, as pesquisas de vitimização se disseminaram mundialmente como um importante instrumento de investigação criminológica e uma ferramenta fundamental para o desenho de políticas e ações estratégicas na Segurança Pública, Justiça Criminal e campos afins. As pesquisas de vitimização oferecem subsídios para os processos decisórios que envolvem alocação de recursos, planejamento operacional e de intervenções, dentre outros. Além disso, as informações obtidas diretamente junto às vítimas possibilitam aferir *vis-à-vis* os dados sistematizados pelas agências de Segurança Pública e Justiça Criminal. Gottfredson (*apud* Carneiro, 2007, p. 65) aponta que as pesquisas de vitimização:

- Oferecem um parâmetro externo para se avaliar o recurso à polícia, o quanto as vítimas estão dispostas a acionar a polícia e quais as características das vítimas e os fatores que determinam o recurso à polícia;
- Permitem estimar o custo do crime com maior precisão, bem como a compensação às vítimas que eventualmente se faz necessária;
- Permitem avaliar o envolvimento das vítimas nos episódios que resultaram em vitimização; e
- Permitem medir a confiança na polícia.

Para os autores citados, a regularidade e a continuidade das pesquisas de vitimização são medidas fundamentais para a consolidação desses diagnósticos. No Brasil, tais medidas tornam-se impreteríveis, uma vez que desde 1988 não houve qualquer outra pesquisa de vitimização com abrangência nacional. O suplemento de vitimização da PNAD 2009 pôs fim a uma lacuna de informações sobre vitimização, em nível nacional, de mais de 20 anos. Nesse sentido, o referido levantamento visa proporcionar a atualização dos dados de vitimização, colaborando para um melhor entendimento do fenômeno violência.

Na PNAD – 2009, a pesquisa de vitimização buscou traçar o perfil socioeconômico das vítimas de roubo, furto e agressão física no período de 27/09/2008 a 26/09/2009. Questões comportamentais, como sensação de segurança e atitudes de prevenção da violência, foram coletadas. Também se buscou estimar os totais de registros de ocorrências dos crimes citados em delegacia de polícia e os principais motivos do não registro.

Os questionários da PNAD – 2009 foram aplicados em uma amostra de **399.387 pessoas**, com 10 anos ou mais de idade, distribuídas por todo o Brasil em **153.837 domicílios particulares permanentes**. Os resultados obtidos foram estatisticamente extrapolados com base no universo de **162,8 milhões de pessoas**, com 10 anos ou mais de idade, e **58,6 milhões de domicílios particulares permanentes**.

No estado do Espírito Santo, os questionários foram aplicados em uma amostra de **7.418 pessoas**, com 10 anos ou mais de idade, distribuídas em **3.047 domicílios particulares permanentes**.¹ Os resultados foram estatisticamente extrapolados com base no universo de **2,9 milhões de pessoas**, com 10 anos ou mais de idade, e **1,1 milhão de domicílios particulares permanentes**.

As informações sobre vitimização da PNAD – 2009 encontram-se aqui organizadas nos temas Sensação de Segurança, Dispositivo de Segurança, Roubo e Furto e Agressão Física. As características das vítimas foram analisadas segundo os recortes, padronizados pelo IBGE, de gênero, cor e raça,² faixa etária e rendimento mensal domiciliar *per capita* em salários mínimos.

A PNAD – 2009 registrou que dos 162,8 milhões de brasileiros, com 10 anos ou mais de idade, 48,2% eram homens e 51,8% eram pessoas do sexo feminino. 48,5% eram pessoas de cor ou raça branca e 50,7% eram pessoas de cor ou raça negra ou parda. Desse contingente de 162,8 milhões de pessoas, 12,9% situavam-se na faixa de 10 a 15 anos, 18,3% na faixa de 16 a 24 anos, 19,4% na faixa de 25 a 34 anos, 24,1% na faixa de 35 a 49 anos, 11,9% na faixa de 50 a 59 anos, 7,4% na faixa de 60 a 69 anos e 6,0% na faixa de 70 anos ou mais. Ainda com base nesse mesmo contingente, constatou-se que 8,8% dos brasileiros localizavam-se na classe de rendimento mensal domiciliar per capita de menos de 1/4 de Salário Mínimo - SM, 17,0% na classe de 1/4 a menos de 1/2 de SM, 26,2% na classe de 1/2 a menos de 1 SM, 26,2% na classe de 1 a menos de 2 SM, 17,5% na classe de 2 ou mais SM e 0,9% na classe sem rendimento.

No Espírito Santo, a PNAD – 2009 registrou que dos 2,9 milhões de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, 48,8% eram pessoas do sexo masculino e 51,2% eram mulheres. 41,7% eram pessoas de cor ou raça branca e 57,7% eram pessoas de cor ou raça negra ou parda. A distribuição desse contingente segundo as faixas etárias torna-se destacado pela Figura 01. A distribuição dessa população segundo as classes de rendimento mensal domiciliar per capita (salário mínimo) pode ser constatada na Figura 02.

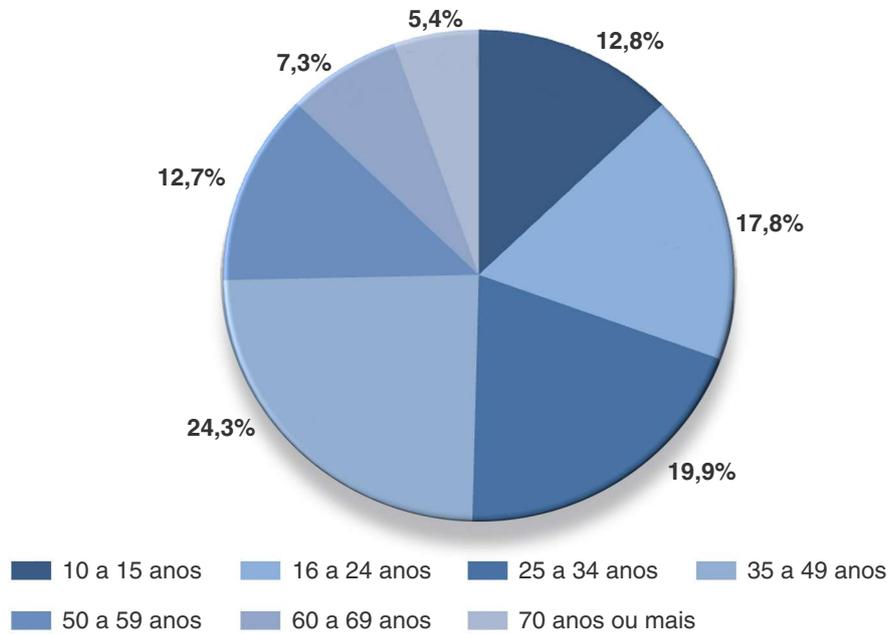
¹ Outros detalhes sobre a metodologia da PNAD – 2009 podem ser consultados na referida publicação ou no site www.ibge.gov.br.

Na classificação de cor e raça, a PNAD faz referência às categorias branca, preta e parda (mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça). Considerando que a classificação do IBGE trata de cor e raça, este estudo optou pelo uso, preferencial, do termo negra conjugando-se com a raça, ao invés do termo preta conjugando-se com a cor da cutis.

Para apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa que, em setembro de 2009, era de R\$ 465,00.

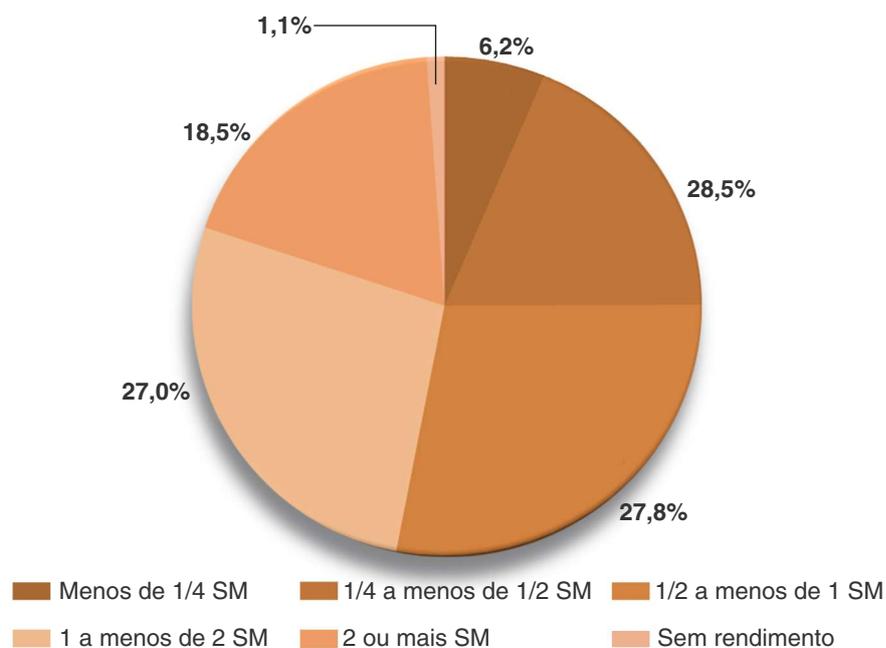
² Vale ressaltar que a classe "sem rendimento" inclui os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios (IBGE, 2010).

Figura 01 - Distribuição (%) da população segundo as faixas etárias, Espírito Santo - 2009



Fonte: PNAD, 2009; Org: IJSN, 2010.

Figura 02 - Distribuição (%) da população segundo as classes de rendimento mensal domiciliar per capita (Salário Mínimo - SM), Espírito Santo - 2009



Fonte: PNAD, 2009; Org: IJSN, 2010.

3. Vitimização no Brasil e Espírito Santo

3.1- Sensação de Segurança

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2009, em seu suplemento sobre vitimização, foram inseridas perguntas buscando avaliar a sensação de segurança, referente à violência, de pessoas com 10 anos ou mais de idade.

De acordo com a PNAD, no Brasil, dos 162,8 milhões de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, 78,6% sentia-se segura no domicílio onde residia em 2009. Em relação ao bairro habitado, este percentual reduz para 67,1% e, na cidade, a sensação de segurança diminui para 52,8%.

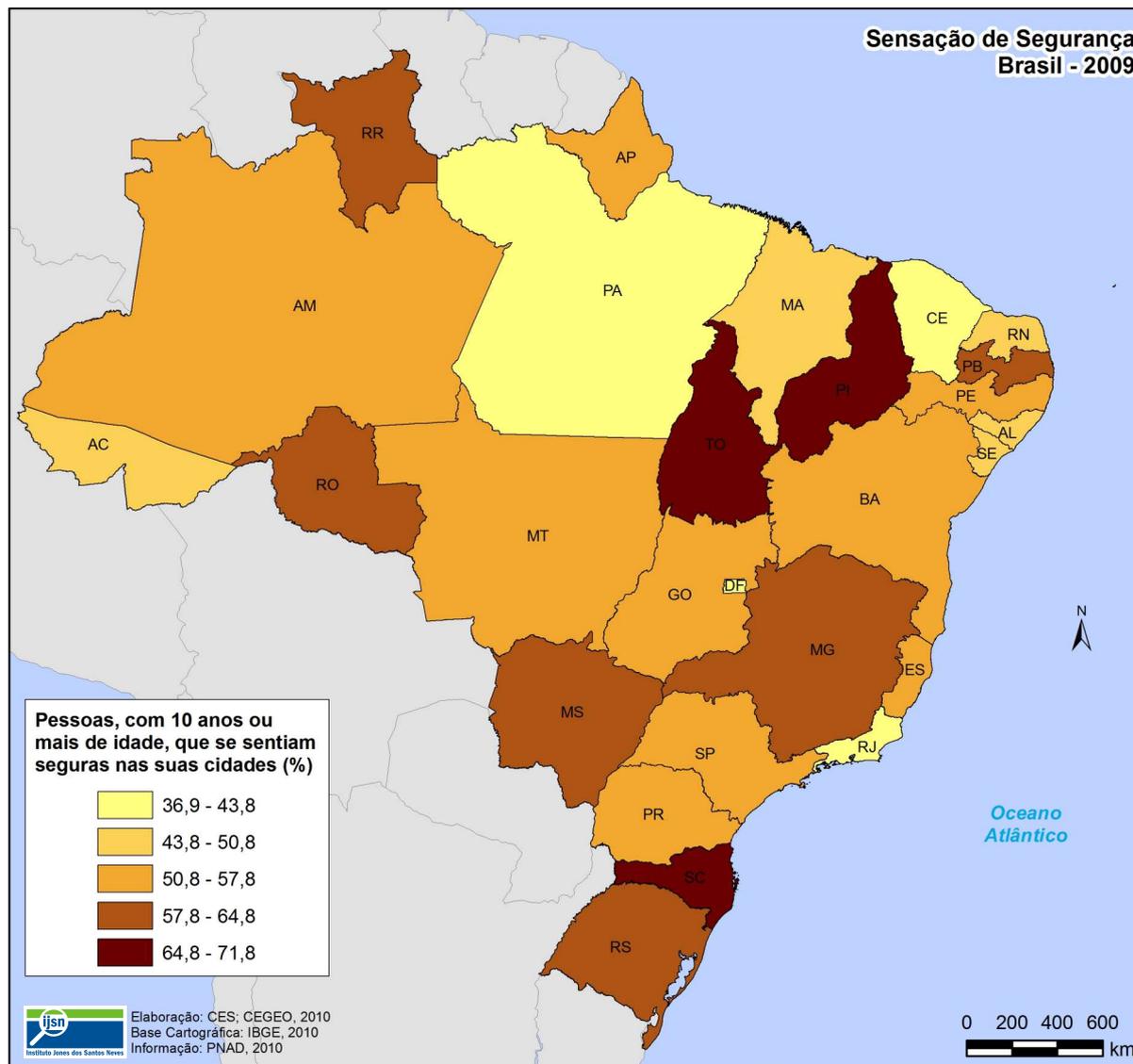
O estado do Espírito Santo apresentou dados semelhantes ao padrão nacional. Dos 2,9 milhões de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, 77,7% sentia-se segura no domicílio, 64,8% no bairro de residência e 52,6% na cidade. As informações permitem constatar que à medida que os capixabas se distanciam de seus domicílios e suas comunidades a sensação de insegurança aumenta.

Segundo a PNAD – 2009, tanto no Brasil, quanto no Espírito Santo, os moradores da área rural declararam maior sensação de segurança nos domicílios quando comparados com os moradores da área urbana. A sensação de insegurança percebida nas áreas urbanas pode ser entendida pelos resultados evidenciados por diversas pesquisas e diagnósticos, a saber, FBSP (2010), IJSN (2010), Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005), Raizer *et al* (2004) e Zanotelli (2003). As pesquisas quantitativas, que tomam como base os bancos de dados das agências de Segurança Pública e/ou do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde - SIM/DATASUS, indicam que a criminalidade violenta, há aproximadamente três décadas, está potencialmente concentrada nas áreas urbanas. Isso permite Dubet (*apud* WAISELFSZ, 2010, p. 09) afirmar que o espaço urbano aparece como símbolo e representação “da civilização e da barbárie modernas”.

Considerando que foi na cidade onde se registraram os maiores níveis de insegurança, a análise das próximas linhas enfatiza a sensação de segurança neste ambiente segundo os gêneros, cor ou raça, faixa etária e rendimento mensal domiciliar *per capita* (salário mínimo).

O mapa da Figura 03 apresenta a distribuição espacial, por unidade da federação, do percentual de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, que se sentiam seguras nas suas cidades em 2009. Os estados de Piauí, Santa Catarina e Tocantins registraram os maiores percentuais de sensação de segurança do país. Em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rondônia e Roraima 57,8% a 64,8% das pessoas, com 10 anos ou mais de idade, se sentiam seguras em suas cidades. Como visto anteriormente, o Espírito Santo apresentou um percentual intermediário de sensação de segurança na cidade (52,6%). Estados como Amazonas, Bahia, Goiás, São Paulo e Paraná também apresentaram percentuais intermediários. Os menores níveis de sensação de segurança foram identificados no Ceará, Distrito Federal, Pará e Rio de Janeiro.

Figura 03 - Mapa sobre a sensação de segurança nas cidades, Brasil – 2009



Quanto a percepção de segurança segundo os gêneros, pode-se afirmar que, no país, 55,2% dos homens, com 10 anos ou mais de idade, se sentiam seguros em suas cidades. Ao passo que 50,5% das brasileiras, na mesma faixa etária, se sentiam seguras em relação à violência em 2009.

Esse padrão também se reproduziu no estado do Espírito Santo, 55,2% dos homens se sentiam seguros e 50,2% das capixabas compartilhavam a sensação de segurança em suas cidades. Com base nisso, percebe-se que os homens capixabas, com 10 anos ou mais de idade, sentem-se mais seguros do que as mulheres capixabas, que se enquadram nessa faixa

etária. Mesmo constatando⁵ que os homens são as principais vítimas de crimes violentos, eles compartilham uma maior sensação de segurança. Essa aparente contradição pode ser compreendida, em parte, por questões comportamentais e culturais. Talvez sob a influência exacerbada do ethos da masculinidade (necessidade de demonstrar força e poder, proteger e dominar o território etc.) o homem se torna mais propenso a se envolver em situações de risco (Zaluar, 2004), bem como pode desenvolver certa resistência em assumir e reconhecer que se sente inseguro em relação à violência ou qualquer outra ameaça.

Em relação à cor ou raça, a PNAD – 2009 destacou que das pessoas brancas com 10 anos ou mais de idade, 53,3% se sentem seguras em suas cidades. Ao mesmo tempo, o percentual de pessoas negras ou pardas que se sentem seguras em suas cidades foi de 52,3%.

A variação entre essas duas estimativas de cor ou raça, que são definidas segundo critérios estabelecidos pelo IBGE, no estado do Espírito Santo se amplia: 55,5% das pessoas brancas se declararam seguras em relação à violência em suas cidades, enquanto 50,7% dos capixabas que se declaravam negros ou pardos se sentiam seguros em relação à violência. Com base nisso, observa-se que as pessoas de cor ou raça negra ou parda perceberam um maior nível de insegurança nas cidades. Várias pesquisas quantitativas, que utilizam fontes oficiais de Segurança Pública e áreas afins (WAISELFISZ, 2010), corroboram a maior vulnerabilidade dos negros ou pardos de sofrerem crimes violentos.

Quanto ao recorte das faixas etárias das pessoas com 10 anos ou mais de idade, constatou-se que na faixa etária de 10 a 15 anos 57,9% das pessoas compartilhavam a percepção de segurança nas cidades. A referida sensação se mostrou mais presente justamente nesta classe. A percepção de segurança decresceu até a faixa de 35 a 49 anos, que registrou o menor percentual, 50,9% das pessoas na referida faixa não se sente segura em suas cidades. As coortes seguintes, 50 a 59 anos, 60 a 69 anos e 70 anos ou mais de idade, registraram, respectivamente, os seguintes percentuais: 51,0%, 51,9% e 54,0% de pessoas que compartilham o sentimento de segurança em suas cidades.

A lógica observada para o Brasil é muito semelhante à constatada no Espírito Santo. As crian-

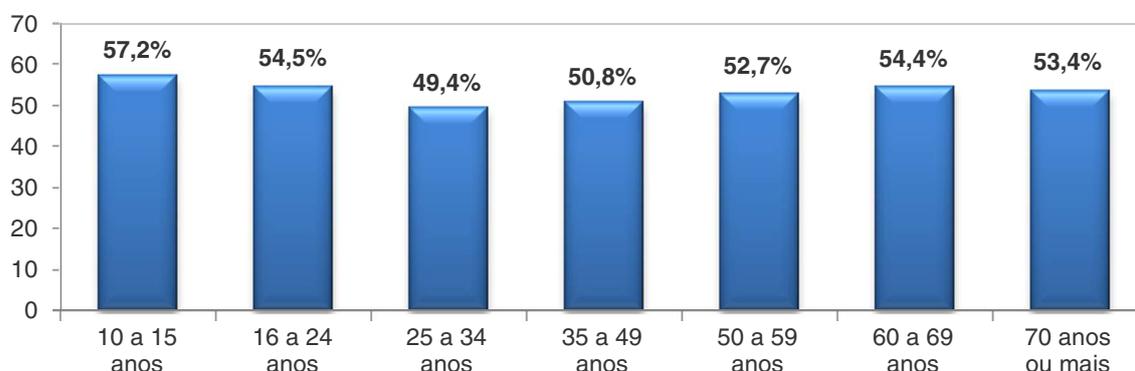
⁵ Constatando, seja pelas pesquisas quantitativas, que derivam das estatísticas oficiais, seja pela própria pesquisa de vitimização (ver nas próximas páginas os itens que abordam a vitimização de roubos).

ças e adolescentes compartilham uma maior sensação de segurança, 57,2% das pessoas na faixa de 10 a 15 anos se sente seguras nas cidades. A principal variação que difere o estado em relação ao país se refere à população de 25 a 34 anos registrar o menor índice de percepção de segurança. Nesta faixa etária 49,4% das pessoas se sentem seguras (Figura 04).

A PNAD utilizou essa mesma sistemática de análise nos percentuais com referência nos subgrupos de pessoas segundo a classe salarial. Neste caso o indicador adotado foi a renda domiciliar per capita (salário mínimo). Em 2009, a sensação de segurança, nas cidades, era menor nas populações com rendimento mensal domiciliar per capita mais elevado. Da população com 2 ou mais salários mínimos, 46,2% compartilhavam da percepção de segurança. Em contrapartida, na população com rendimento mensal domiciliar per capita menor que 1/4 salários mínimos, 60,9% sentiam segurança referente à violência.

Tal padrão se aplica aos dados da pesquisa de vitimização no Espírito Santo (Figura 05), sendo que na população com 2 ou mais salários mínimos 43,4% sentiam seguros, enquanto que 66,5% da população com rendimento mensal domiciliar per capita menor que 1/4 salários mínimos compartilhavam a percepção de segurança. Essas informações permitem inferir que quanto maior o rendimento mensal domiciliar per capita, menor é a sensação de segurança das pessoas na cidade.⁶

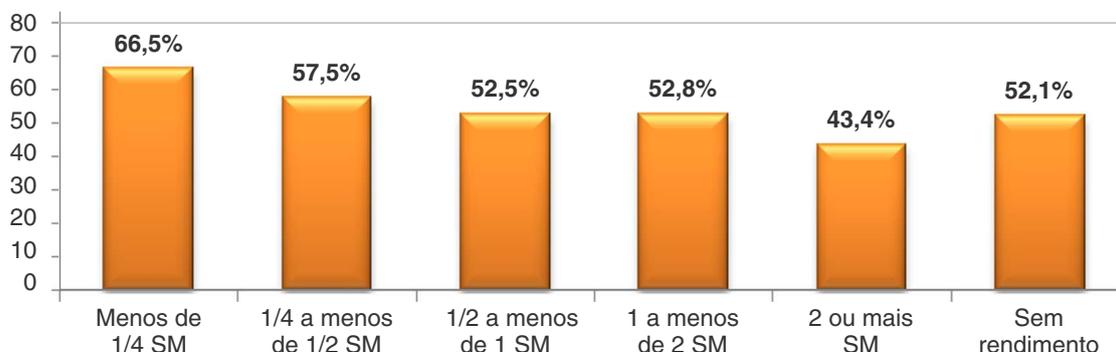
Figura 04 - Percentual das pessoas que sentiam seguras em suas cidades segundo as faixas etárias, Espírito Santo – 2009



Fonte: PNAD, 2009; Org: IJSN, 2010.

⁶ Esta inferência será melhor explorada nas próximas páginas.

Figura 05 - Percentual das pessoas que sentiam seguras em suas cidades segundo as classes de rendimento mensal domiciliar per capita (Salário Mínimo - SM), Espírito Santo - 2009



3.2 - Dispositivo de Segurança

Como visto no item anterior, tanto no Brasil, como no Espírito Santo, à medida que as pessoas se distanciam de seus domicílios e suas comunidades a sensação de insegurança aumenta. Em outras palavras, por meio da PNAD – 2009 constatou-se que a população se sente mais segura nos domicílios.

O aumento gradativo da criminalidade violenta, constatado nas últimas três décadas nas principais cidades brasileiras, tem influenciado um rearranjo na morfologia urbana. “Paisagens do medo” veem sendo configuradas e novos padrões de sociabilidades desenvolvidos. Tuan (2005, p. 12) salienta que as paisagens do medo são estabelecidas pelos níveis psicológicos e pelas percepções do ambiente real.

O “medo social” (BAIERL, 2004, p. 26), referente ao fenômeno violência, caracteriza-se como um sentimento coletivo. Apesar do medo ser construído de maneira singular pelos indivíduos, o sentimento generalizado de impotência da sociedade frente ao aumento da criminalidade violenta favoreceu a ampliação de um dos principais medos urbanos, medo de ser vítima de algum tipo de violência.

Com a constante sensação de insegurança e ampliação do referido medo, os habitantes das grandes cidades encontram-se em uma incessante corrida pela “segurança total”, alterando suas práticas sociais e proporcionando a configuração de paisagens e espaços hostis.

Nesse sentido, constata-se que, nas últimas décadas, o medo social, referente à violência, vem influenciando a consolidação de um novo padrão de desenho arquitetônico da cidade. Espaços privados incorporam uma série de elementos em suas formas, a saber, muros altos, grades, guaritas, cercas elétricas, torres, alarmes, circuito de vídeo-monitoramento, entre outros. Isso torna-se perceptível, principalmente, em espaços residenciais. Não que outros espaços, como ambientes comerciais, estejam isentos das representações da contemporânea “arquitetura do medo”, mas são as casas e condomínios que adotam com vigor os elementos dessa arquitetura (LIRA, 2009).

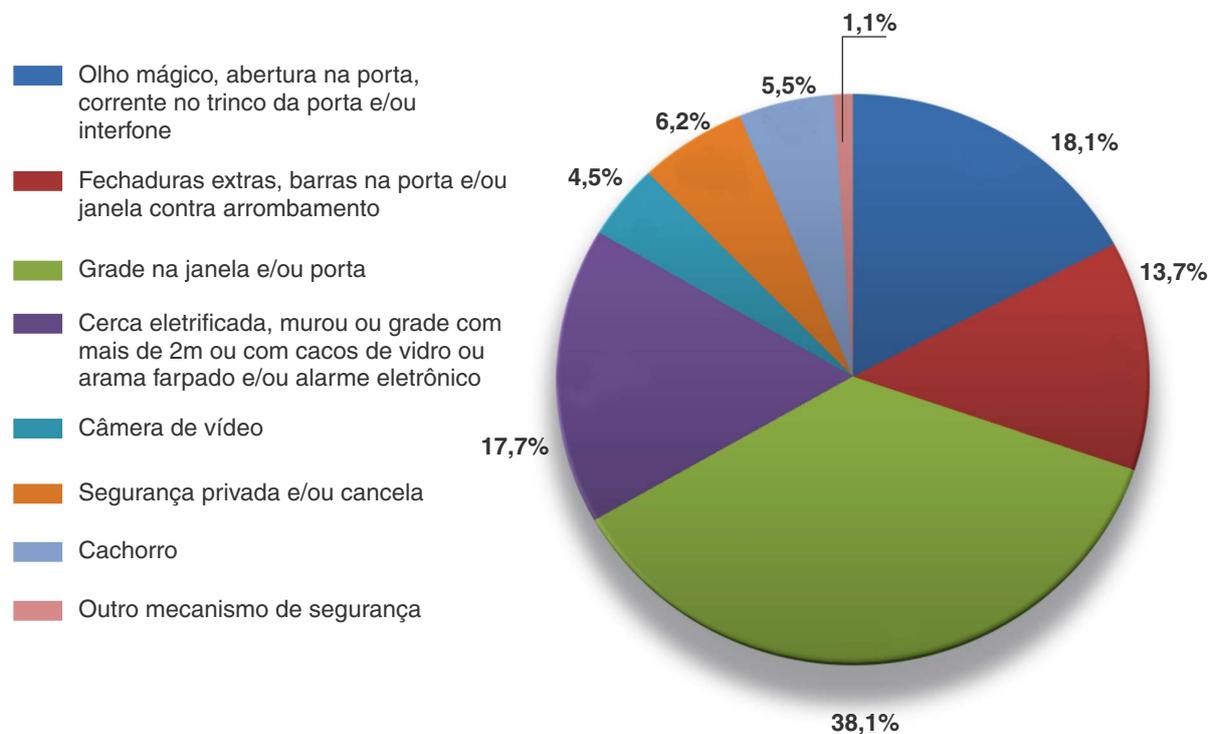
Os espaços residenciais são um dos ambientes que mais preocupam os cidadãos, por representarem o lugar sacramentado pela família, das relações de afeto, da intimidade e de proteção dos bens de valor simbólico e financeiro. O medo do crime nesses ambientes impulsiona os proprietários a adotarem uma série de medidas funcionais de auto-proteção para prevenir danos a sua integridade, a de sua família e ao seu patrimônio.

Nessa perspectiva, a PNAD promoveu uma investigação sobre a existência ou não de dispositivos que aumentassem a segurança nos domicílios. Oito grupos de dispositivos de segurança foram analisados, sendo eles:

- 1) Grade na janela/porta;
- 2) Olho mágico, abertura na porta, corrente no trinco da porta ou interfone;
- 3) Cerca eletrificada, muro ou grade com mais de 2 metros de altura ou com cacos de vidro ou arame farpado, e/ou alarme eletrônico;
- 4) Fechaduras extras e/ou barras na porta/janela contra-arrombamento;
- 5) Cachorro;
- 6) Câmera de vídeo;
- 7) Segurança privada e/ou cancela; e
- 8) Outro mecanismo de segurança.

Em 2009, dos 58,6 milhões de domicílio particulares permanentes brasileiros 59,4% possuíam instalados algum tipo de dispositivo de segurança. No Espírito Santo este percentual foi de 55,7% do total de 1,1 milhão de domicílios particulares permanentes (Figura 06).

Figura 06 - Percentual de dispositivos de segurança nos domicílio particulares permanentes, Espírito Santo - 2009



Fonte: PNAD, 2009; Org: IJSN, 2010.

Com base na PNAD – 2009, observa-se que a grade na janela e/ou porta foi o dispositivo de segurança mais utilizado nos domicílios particulares permanentes no Brasil. Em seguida destacam-se o olho mágico, abertura na porta, corrente no trinco da porta e/ou interfone; a cerca eletrificada, muro ou grade com mais de 2m ou arame farpado e/ou alarme eletrônico; e fechaduras extras, barras na porta e/ou janela contra arrombamento. Por meio da Figura 06 constata-se que o Espírito Santo apresenta padrão semelhante ao do Brasil.

Incorporando os elementos da “arquitetura do medo” como estratégias de auto-proteção, os espaços residenciais, sobretudo, das grandes cidades brasileiras, expressam combinações e apropriações que reproduzem formas medievais e/ou prisionais em pleno século XXI (LIRA, 2009, p. 137). Sob o efeito da cultura do medo, referente à violência, os espaços residenciais urbanos incorporam amplamente elementos medievais e prisionais que dão sentido à expressão arquitetura do medo.

O referido caráter medieval é revelado pelo resgate de alegorias feudais que se justificam pela cultura do medo da violência instaurada nas principais cidades brasileiras. São exemplos desses elementos arquiteturais, as paliçadas, proteção física formada pela justaposição de estacas ou lanças fincadas uma ao lado da outra na posição vertical ou inclinadas para o lado externo da construção.⁷

É nessa lógica que, frequentemente, casas e condomínios ostentam muros altos que muito se assemelham com as muralhas medievais. Além da função de delimitar o território a ser protegido, esses elementos também incorporam artefatos que contribuem para a segurança. Um exemplo moderno e emblemático disso são as cercas elétricas que complementam a função de proteção dos muros.

Dependendo do padrão dos espaços residenciais, o reforço dos muros pode assumir formas menos sofisticadas, principalmente, em regiões da cidade onde as classes abastadas não predominam. Dessa forma, a função das cercas elétricas pode ser substituída pela incorporação de arames farpados, pregos ou cacos de vidro nos topos dos muros.

A Figura 06, retro apresentada, evidenciou que 17,7% dos domicílios, que possuem dispositivos de segurança, utilizam cerca eletrificada, muro ou grade com mais de 2 metros de altura ou com cacos de vidro ou arame farpado, e/ou alarme eletrônico.

Assim como ocorre a incorporação das muralhas fortificadas por parte dos feudos, os muros altos também são elementos presentes na arquitetura dos presídios. Além disso, as cercas elétricas são exemplos de que, muitas vezes, os padrões de fortificação se misturam com arquétipos prisionais nos espaços residenciais urbanos contemporâneos.

O desenho arquitetônico dos presídios possui a função básica de coibir a fuga dos apenados, garantindo a prevenção da criminalidade através da “privação de liberdade”.

⁷ Talvez pelo comprometimento estético, esses elementos são majoritariamente instalados em espaços residenciais cercados e delimitados pelo sistema de grades. Lanças afiadas acompanham a morfometria das grades erguendo-se e avançando para fora do espaço protegido, inibindo eventuais investidas de invasores.

A arquitetura residencial das grandes cidades brasileiras apresenta a auto-proteção como uma das principais funcionalidades. Cada vez mais, os espaços residenciais incorporam elementos característicos da arquitetura de presídios para inibir possíveis invasões de criminosos, garantindo uma maior sensação de segurança aos moradores. Nessa condição, estes encontram-se em uma parcial privação de liberdade, pois adotam o auto-enclausuramento e/ou autoconfinamento como estilos de vida, ambos fundamentados tanto pelo inegável crescimento da criminalidade violenta, quanto pelo pânico potencializado pelo fortalecimento da “cultura do medo”.

O gráfico da Figura 06 ressalta que dos domicílios particulares permanentes capixabas, 38,1% possuíam grades nas janelas e/ou portas. A grade é um elemento delimitador de território típico dos ambientes internos e externos das prisões (janelas e portas das celas).

Ao contrário dos muros, as grades, utilizadas na configuração da arquitetura residencial, favorecem uma maior visibilidade e ventilação a unidade residencial. Alguns adeptos da Arquitetura Contra o Crime ou da Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental (BONDARUK, 2007) consideram as grades como elementos que fornecem maior segurança aos espaços residenciais em relação aos muros por possibilitarem, principalmente, a vigilância natural da residência de fora para dentro e vice-versa. Todavia, da mesma maneira que as grades possibilitam a vigilância natural, elas também podem permitir um estudo minucioso, por parte de potenciais infratores, da rotina dos moradores e dos bens presentes nos quintais e garagens das casas ou condomínios. Por isso, torna-se importante frisar que, tanto os muros, quanto as grades, podem apresentar vantagens ou desvantagens para a auto-proteção dos espaços residenciais.

Outro elemento que permite a associação do desenho arquitetônico dos espaços residenciais com a arquitetura das prisões é a torre de vigilância.⁸ Este é um exemplo de forma construída que permeia historicamente tanto os feudos fortificados, quanto as prisões. Contudo, são nestes últimos espaços que as torres ganham maior identidade. Nos presídios, elas têm a função básica de monitorar os presos. Quando presentes nos espaços residenciais têm a função de vigilância contra possíveis invasores e controle das atividades praticadas no interior

⁸ Na PNAD – 2009 este dispositivo de segurança não foi discriminado.

dos condomínios. Nos condomínios, as torres estão dispostas em pontos estratégicos acima da linha dos muros ou grades, permitindo a visualização das áreas internas e externas.

Nessas unidades de vigilância, artefatos como janelas com vidro blindado garantem uma maior segurança. Da mesma forma, a instalação de película de insulfilm nos vidros das torres favorece o anonimato e a inibição de contato pessoal dos vigilantes com os desconhecidos. Tal tática pode ser encarada como uma versão contemporânea da figura arquitetural do panóptico benthamiano, de onde “vê-se tudo, sem nunca ser visto” (FOUCAULT, 1987, p. 167).

Com o advento da revolução tecnológica do final do século XX, equipamentos como circuitos de vídeo-monitoramento, sistemas de alarmes e sensores, assim como as retro mencionadas cercas elétricas, passaram a ser incorporados tanto pelos presídios, quanto pelos espaços residenciais brasileiros. Nos condomínios, esses modernos elementos são instalados em locais estratégicos e controlados pelas centrais de segurança que geralmente se localizam nas torres ou portarias, com os objetivos de servir como dissuasivo psicológico contra entradas não permitidas e de impedir ou retardar tentativas de invasões.

A PNAD – 2009 constatou que a arquitetura do medo se mostrou potencializada mais nos apartamentos do que nas casas dos brasileiros. Dos 58,6 milhões de domicílios brasileiros, 89,2% eram do tipo casa e 10,4% apartamento. 55,9% das casas e 90,3% dos apartamentos possuíam algum mecanismo de segurança.

A análise conjugada dos mapas das Figuras 07 e 08 corrobora a constatação de que os domicílios do tipo apartamento investem mais em dispositivos de segurança do que os domicílios do tipo casa.

De acordo com a figura 07, a maioria dos estados evidenciou percentuais abaixo de 54,1% de casas com mecanismos de segurança instalados. O Distrito Federal registrou o maior percentual de casas com dispositivos de segurança (83,4%). Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo se localizaram na classe de legenda que variou de 63,8% a 73,6% de casas com elementos de segurança. Os estados de Acre, Alagoas e Santa Catarina apresentaram os menores percentuais de casas que possuíam dispositivos de segurança (34,6% a 44,3%).

Segundo a figura 08, a maioria dos estados registrou elevados percentuais de apartamentos

com mecanismos de segurança instalados. Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Tocantins evidenciaram os maiores percentuais de domicílios do tipo apartamento com elementos de segurança (91,3% a 100,0%). Esses 12 estados formaram um conglomerado espacial com altos percentuais que abrange todas as grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste). Tal predominância influenciou o percentual nacional de apartamentos que possuíam algum tipo mecanismo de segurança. Estados das regiões Nordeste e Sudeste (Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte) formaram um cluster espacial com percentuais de apartamentos, com dispositivos de segurança, que variaram de 82,6% a 91,3%. Acre e Rondônia foram os estados que apresentaram os menores percentuais de apartamentos que possuíam dispositivos de segurança instalados (50,5% a 65,2%).

No estado do Espírito Santo dos 1,1 milhão de domicílios, 76,5% eram casas e 17,7% eram do tipo apartamento. Das casas capixabas, 48,9% utilizavam dispositivos de segurança, enquanto dos apartamentos, 79,5% possuíam instalados elementos de segurança (Figuras 07 e 08).

A PNAD – 2009 evidenciou que, tanto para o Brasil, quanto para o Espírito Santo, os percentuais de existência de dispositivos de segurança aumentam nos domicílios com os maiores rendimentos mensais domiciliares per capita. Logo, quanto maior a faixa de renda que se enquadra o domicílio, maior a presença dos dispositivos de segurança.

Talvez essa inferência seja um desdobramento da constatação destacada no item que analisou a sensação de segurança. No referido item, evidenciou-se que quanto maior o rendimento mensal domiciliar per capita, menor é a sensação de segurança das pessoas na cidade. As informações da PNAD – 2009 e a literatura especializada oferecem indicativos de que a população em melhor situação econômica (rendimento mensal domiciliar per capita), que ostenta bens de significativo valor financeiro e ocupa posições privilegiadas na sociedade, percebe uma menor sensação de segurança. Essa insegurança percebida, provavelmente, contribuiu para que essa população privilegiada investisse com maior frequência na instalação de mecanismos de segurança em seus domicílios.

De acordo com Santos e Guimarães (2009, p. 20), os custos para a instalação dos equipamentos de auto-proteção residencial podem superar os gastos relativos à própria

edificação. Isso evidencia que a ostentação de grades, muros, cercas elétricas, câmeras, dentre outros elementos podem proporcionar certo status de distinção sócio-econômica aos moradores. Caldeira (2000, p. 294) reforça que esses equipamentos estão presentes hoje nas cidades não somente por razões de segurança e segregação, mas também por razões estéticas e de status. Ela aponta que os mesmos compõem a “estética da segurança”, cuja qual atribui expressão de distinção e afirmação da posição social aos espaços residenciais.

Figura 07 - Mapa sobre a presença de dispositivos de segurança em domicílios particulares permanentes (tipo: casa), Brasil – 2009

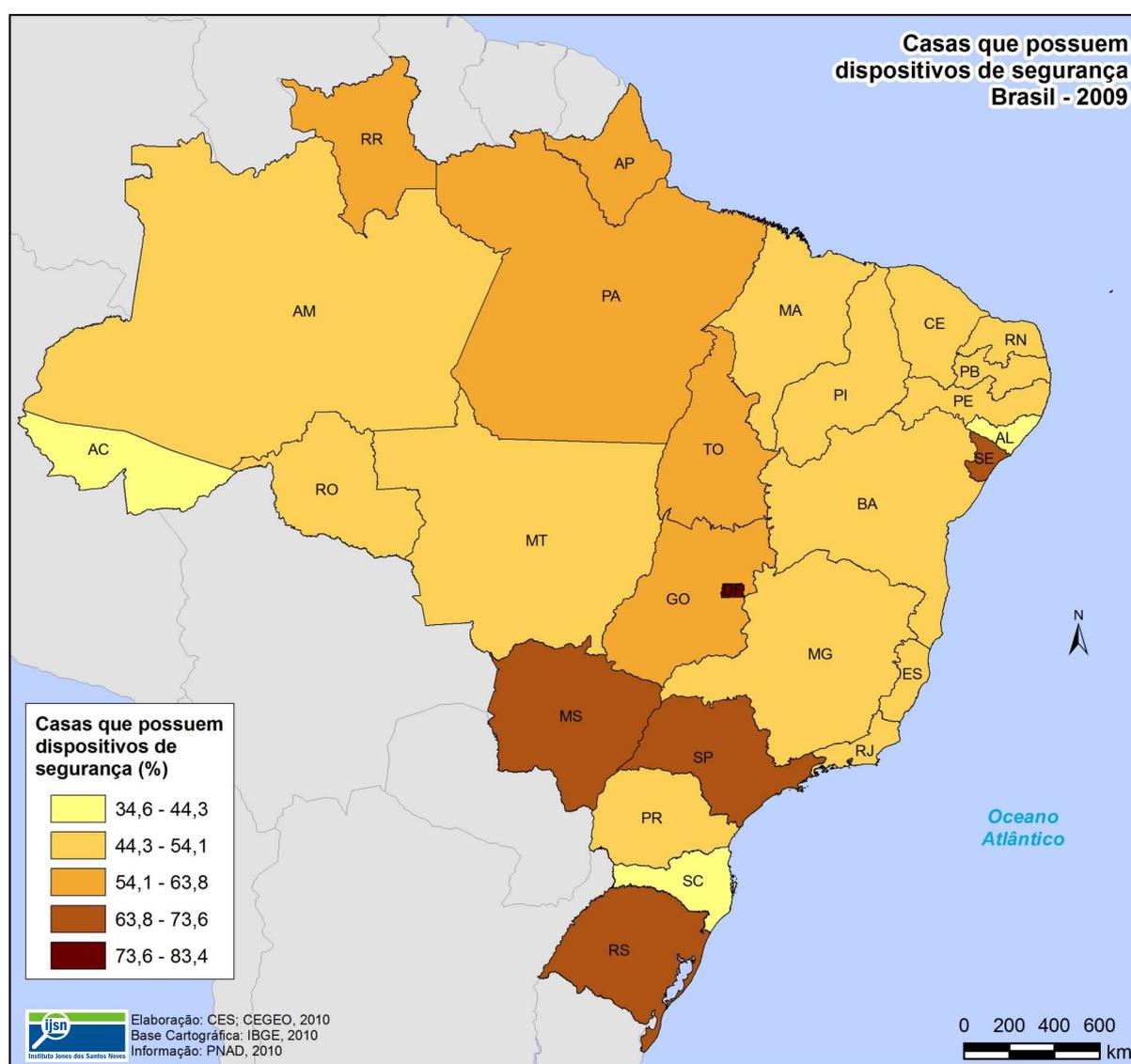
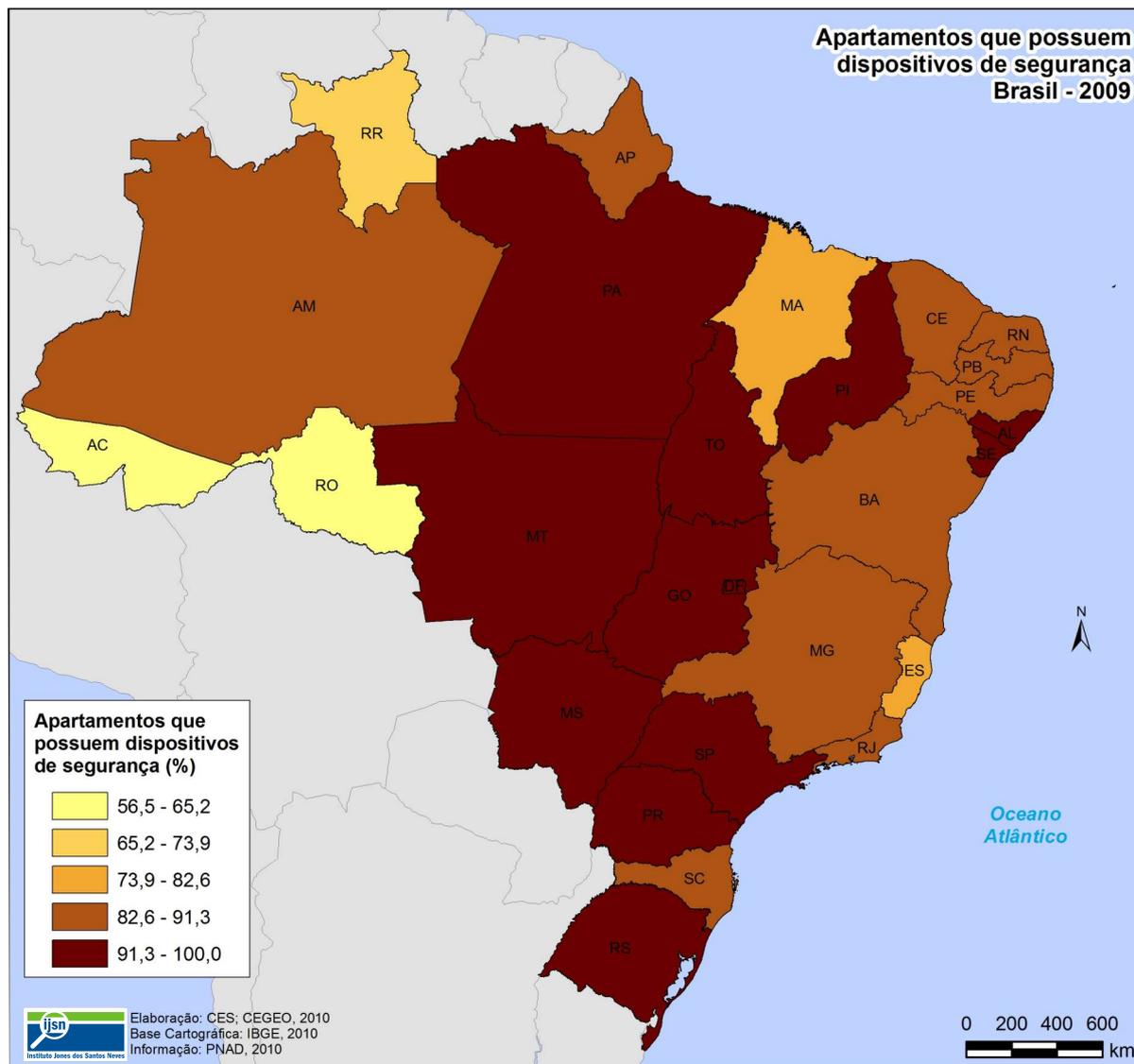


Figura 08 - Mapa sobre a presença de dispositivos de segurança em domicílios particulares permanentes (tipo: apartamento), Brasil – 2009



3.3 - Roubo e Furto

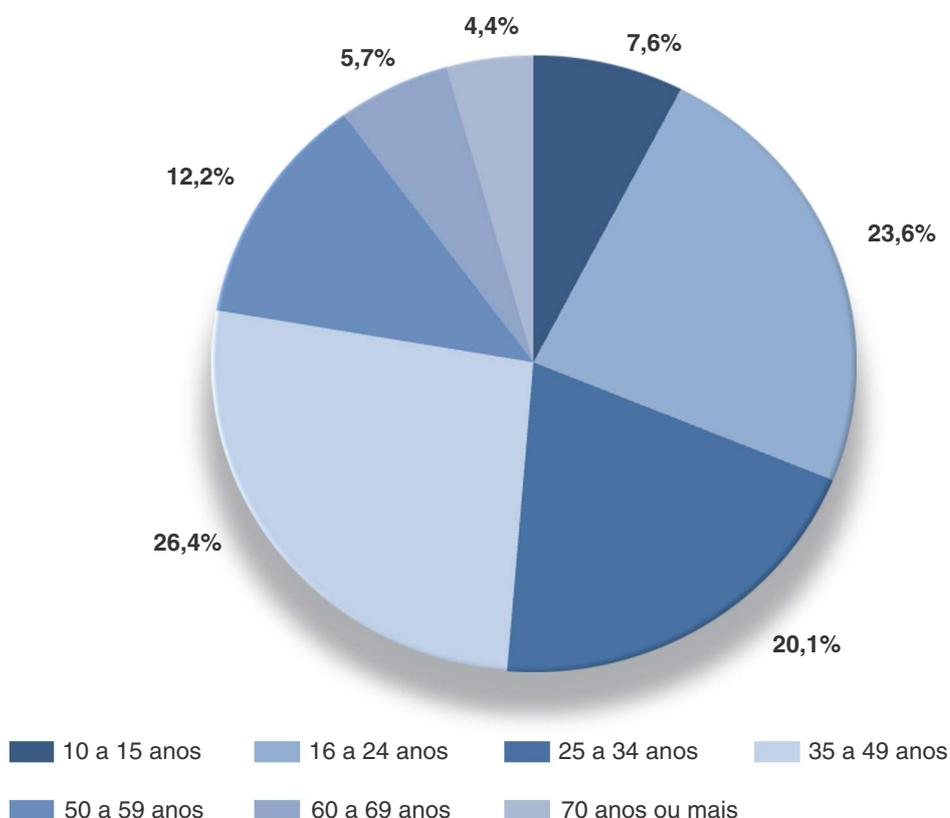
Segundo a PNAD, no Brasil em 2009, 7,3% da população residente com 10 anos ou mais de idade foi vítima de roubo ou furto.⁹ Das 11,9 milhões de vítimas de roubo ou furto, 54,6% eram pessoas do sexo masculino e 45,4% eram mulheres. 48,4% eram pessoas de cor ou raça branca e 50,6% eram pessoas de cor ou raça negra ou parda.

⁹ O artigo 157 do Código Penal – CP define roubo como ato ou ação de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa vitimizada. Ainda com base no CP, o artigo 155 tipifica furto como ato ou ação de subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

No Espírito Santo em 2009, assim como foi constatado para o país, 7,3% da população residente com 10 anos ou mais de idade foi vítima de roubo ou furto. Das 215 mil vítimas de roubo ou furto, 53,1% eram pessoas do sexo masculino e 46,9% eram mulheres. 44,1% eram pessoas de cor ou raça branca e 54,8% eram pessoas de cor ou raça negra ou parda. Dessa forma, percebe-se que o perfil das vítimas potenciais de roubo e furto, com base na pesquisa de vitimização, são homens e pessoas de cor ou raça negra ou parda.

De acordo com a Figura 09, 26,4% das vítimas capixabas de roubo ou furto possuíam de 35 a 49 anos de idade, 23,6% possuíam de 16 a 24 anos e 20,1% possuíam de 25 a 34 anos. Seguindo ao padrão nacional, essas três faixas etárias apresentaram os maiores percentuais de vitimização de roubo e furto no Espírito Santo.

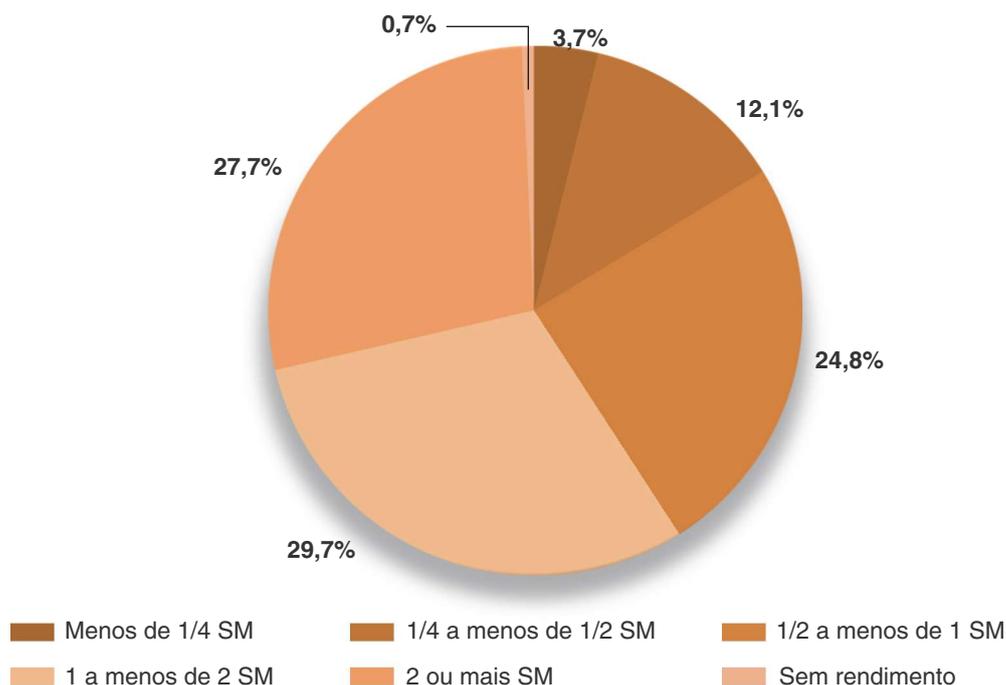
Figura 09 - Distribuição (%) das vítimas de roubo e furto segundo as faixas etárias, Espírito Santo - 2009



Fonte: PNAD, 2009; Org: IJSN, 2010.

Segundo a Figura 10, 29,7% das vítimas de roubo e furto estavam situados na classe de rendimento mensal domiciliar de 1 a menos de 2 salários mínimos, 27,7% estavam situados na classe de rendimento de 2 ou mais salários mínimos e 24,8% estavam situados na classe de rendimento de 1/2 a menos de 1 salário mínimo. Nesse sentido, identificou-se que no Espírito Santo, assim como no Brasil, quanto maior a classe de rendimento, maior era o percentual de vítimas de roubos e furtos. Essa constatação pode explicar, em parte, a sensação de insegurança presente nas populações economicamente privilegiadas. O fato dessas pessoas serem as principais vítimas de roubos e furtos, provavelmente, influencia uma maior sensação de insegurança e, conseqüentemente, a presença predominante dos dispositivos de segurança em suas residências.

Figura 10 - Distribuição (%) das vítimas de roubo e furto segundo as classes de rendimento mensal domiciliar per capita (Salário Mínimo - SM), Espírito Santo - 2009



Fonte: PNAD, 2009; Org: IJSN, 2010.

3.3.1 - Características Gerais dos Roubos

No Brasil, 6 milhões de pessoas foram vítimas de roubos, dos quais 70,5% ocorreram em via pública, 12,2% aconteceram na própria residência da vítima ou na residência de terceiros e 8,5% ocorreram em estabelecimento comercial. O principal bem roubado dessas vítimas foi o

telefone celular (54,2%), seguido de dinheiro, cartão de débito/crédito ou cheque (54,0%) e documentos ou objetos pessoais (30,0%).

Do total de vítimas de roubo, 51,6% não procuraram a polícia em decorrência do último roubo sofrido. Desses, 36,4% alegaram não procurar a polícia por não acreditarem nesta instituição, 23,1% por não achar importante procurar esta instituição e 19,5% por não querer envolver a polícia ou ter medo de represálias. Em 2009, dos 2,9 milhões de vítimas de roubo que procuravam a polícia 90,2% registraram o último roubo na delegacia.

O Espírito Santo acompanhou o padrão nacional, dos 106 mil roubos, 64,0% ocorreram em via pública, 14,7% ocorreram na própria residência e ou de terceiros e 12,0% ocorreram em estabelecimento comercial. Os principais bens roubados foram telefone celular (56,0%), dinheiro, cartão de débito/crédito ou cheque (49,8%) e documentos ou objetos pessoais (23,6%).

Das vítimas de roubos no estado do Espírito Santo, 62,7% não procuraram pela polícia em decorrência do último roubo sofrido. As principais justificativas para não se procurar a polícia eram não acreditar na referida instituição (37,6%), não considerar importante procurar a polícia (28,4%) e não querer envolver a polícia ou ter medo de represálias (22,0%). Em 2009, das 39.000 vítimas de roubos que procuraram a polícia, 83,3% registraram o último roubo na delegacia. Portanto, observa-se que, no estado, do total das vítimas de roubos, a maioria não procurou pela polícia e nem todas as pessoas que procuraram, foram até a delegacia e registraram a ocorrência.

A Figura 11 apresenta o mapa da vitimização de roubos no país. Amapá e Pará registraram os maiores percentuais de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, vítimas de roubos (5,6% a 7,7%). Os estados de Ceará, Distrito Federal, Pernambuco e Rio Grande do Norte ficaram situados na classe de legenda que variou de 4,5% a 5,6% de vítimas de roubos. Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Tocantins evidenciaram os menores percentuais de vítimas de roubos (1,2% a 2,4%).

Juntamente com 9 estados (Acre, Amazonas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Roraima, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe) o Espírito Santo apresentou percentuais intermediários de vítimas de roubos (3,4% a 4,5%).

Todavia, o Espírito Santo se enquadrou na classe de legenda com os maiores percentuais de vítimas que não procuraram pela polícia em decorrência do último roubo sofrido (60,5% a 64,3%), conforme pode ser identificado na Figura 12. Alagoas, Pernambuco e Sergipe também se situaram nessa classe de legenda.

Os estados de Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco e Piauí formaram um conglomerado espacial, que se estendeu do Nordeste ao Norte do país, com percentuais de 56,1% a 60,5% de vítimas que não procuraram pela polícia em decorrência do último roubo sofrido.

Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina apresentaram os menores percentuais de vítimas de roubos que não procuram pela polícia (33,6% a 40,1%).

Como visto, a PNAD – 2009 apontou que o descrédito nas polícias se consolidou como o principal motivo para as vítimas de roubo não procurarem pelas agências de segurança pública. Esta desconfiança nas instituições policiais também chama atenção, quando outros resultados da pesquisa de vitimização são analisados, por exemplo, as informações de agressões físicas.

Pesquisadores apresentam algumas hipóteses sobre a percepção da sociedade brasileira sobre as polícias. Uma dessas hipóteses aponta que essa percepção foi influenciada pelo contexto político do país da segunda metade do século XX. Peralva (2000, p. 73) corrobora que o processo de retorno à democracia dos anos subsequentes à década de 80, ou seja, após o declínio do governo ditatorial, ocorreu, paradoxalmente, em concomitância a uma intensificação sem precedentes da criminalidade urbana violenta.

Confluindo com a linha de raciocínio de Peralva (2000), Caldeira (2002, p. 44) afirma que “paradoxalmente, nos últimos vinte anos, tanto a violência urbana como a democracia se enraizaram no Brasil sem que uma tenha conseguido ser um freio para a outra”. De acordo com esta última autora, as instituições da ordem – a polícia e o sistema judiciário – têm sido incapazes de garantir à população segurança pública e padrões mínimos de justiça e respeito aos direitos. Além disso, episódios de abuso de poder, corrupção e excesso no emprego da força permeiam historicamente a relação polícia-sociedade.

Talvez essas evidências expliquem, em parte, a desconfiança que se constatou na PNAD – 2009. Em tempo, vale ressaltar que o processo de consolidação do imaginário social em relação às polícias não está cristalizado. Como resultado de um processo dinâmico e complexo, essa percepção tende a sofrer alterações em longo prazo. Portanto, as evidências reveladas pela PNAD – 2009 podem também ser entendidas sob a ótica de um processo social dinâmico da consolidação das instituições democráticas do país.

Figura 11 - Mapa da vitimização de roubos, Brasil – 2009

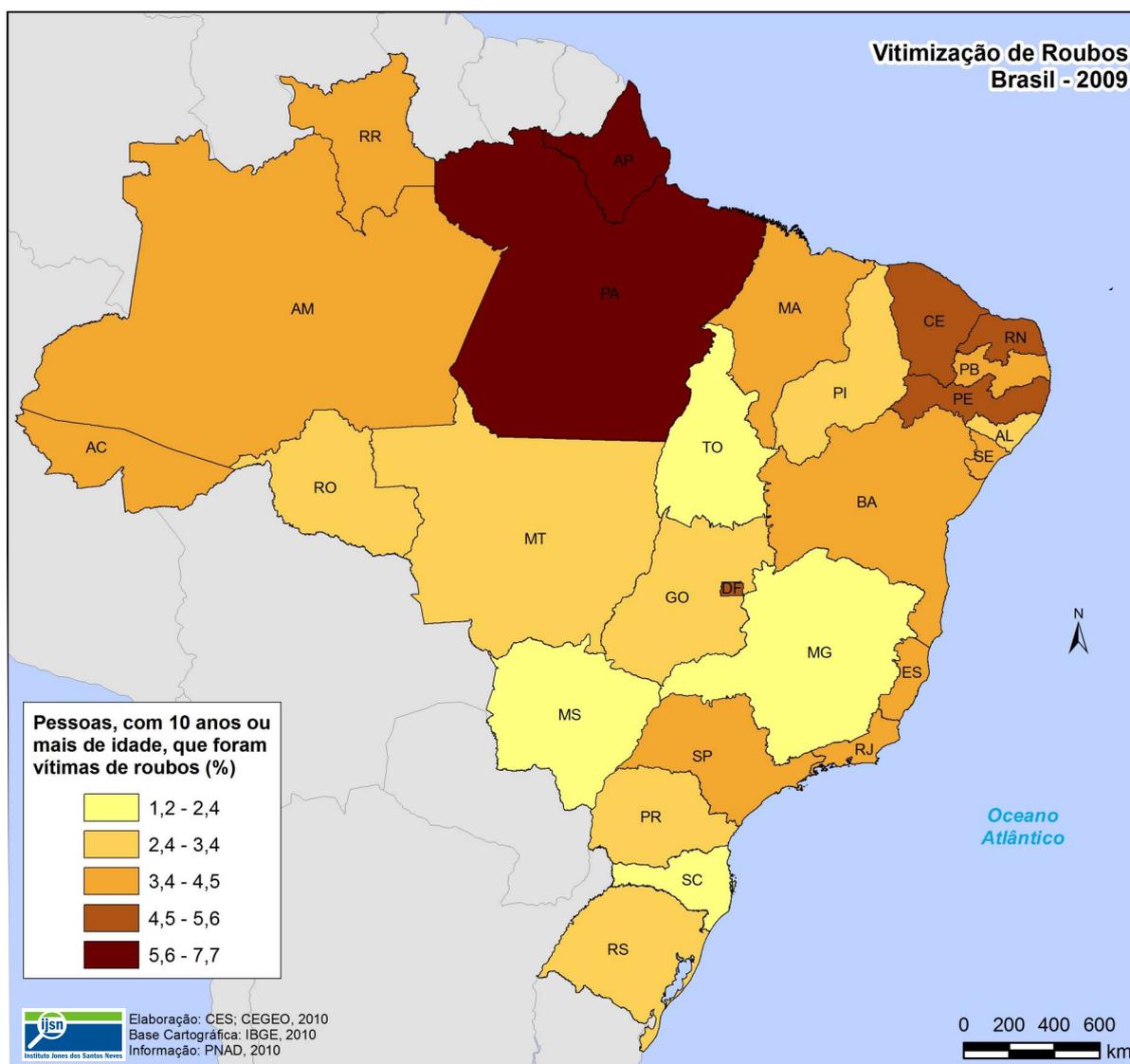
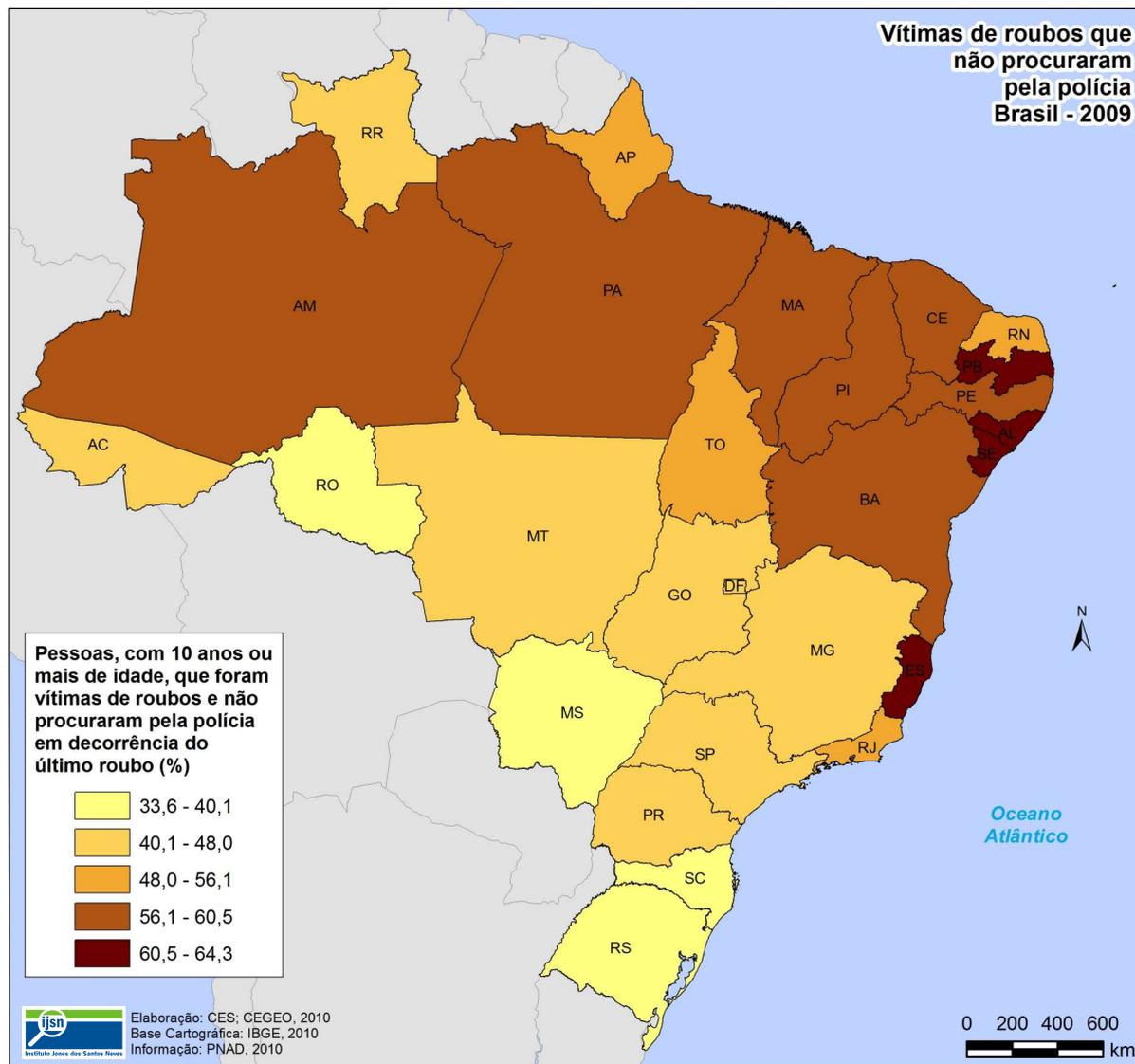


Figura 12 - Mapa das vítimas de roubos que não procuraram pela polícia, Brasil – 2009



3.3.2 - Características Gerais dos Furtos

Dos 6,3 milhões de brasileiros furtados, 47,6% foram vitimizados na própria residência ou na residência de terceiros, 26,8% em via pública e 12,2% em estabelecimento comercial. Assim como nos casos de roubos, os principais bens furtados que foram discriminados pelas vítimas foram dinheiro, cartão de débito/crédito ou cheque (28,4%), telefone celular (27,4%) e documentos ou objetos pessoais (22,7%). Vale ressaltar, que 37,3% das vítimas de furto apontaram que tiveram outros bens furtados, que não estavam discriminados no questionário da PNAD – 2009.

Das pessoas vítimas de furto, 62,3% não procuraram pela polícia em decorrência do último furto sofrido, sendo que 26,7% dessas não possuíam provas sobre os furtos, 24,4% não acreditavam ser importante procurar a polícia e 23,1% não acreditavam na polícia. Das 2,3 milhões de vítimas de furto que procuraram a polícia, 89,8% registraram o último evento na delegacia.

O mapa da Figura 13 destaca os estados de Acre e Roraima com os maiores percentuais de vítimas de furtos do país (6,1% a 9,3%).

Um cluster espacial com percentuais variando entre 5,0% e 6,1% de vítimas de furto foi consolidado pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins.

Os estados do Amazonas, Rio de Janeiro, Alagoas, Bahia, Paraíba e Pernambuco registraram os menores percentuais de vítimas de furto (2,3% a 3,2%).

Com base no mapa da Figura 14, constata-se que Alagoas e Pará apresentaram os maiores percentuais de vítimas que não procuraram pela polícia em decorrência do último furto sofrido (74,2% a 82,7%).

Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Distrito Federal e Acre evidenciaram altos percentuais de vítimas de roubos que não procuraram pela polícia (66,8% a 74,2%). Juntamente com Alagoas e Pará, esses estados, excetuando-se Acre e Distrito Federal, formaram um conglomerado no Norte e Nordeste do país com elevados percentuais de vítimas de furto que não procuraram pela polícia.

Como observado anteriormente, a PNAD – 2009 constatou que o fato das vítimas não possuir provas sobre os furtos foi o principal motivo apontado para não procurarem a polícia.

Figura 13 - Mapa da vitimização de furtos, Brasil – 2009

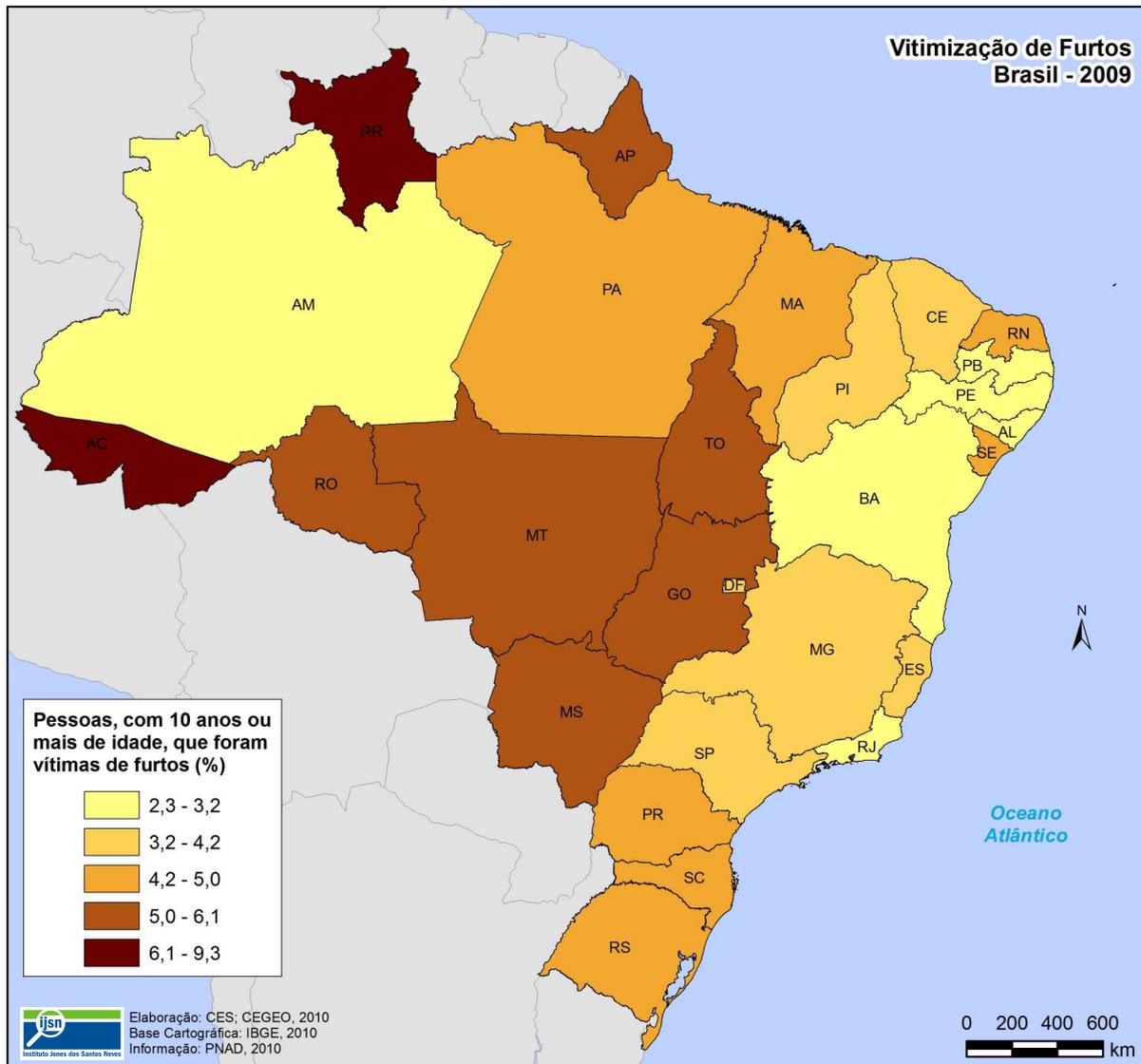
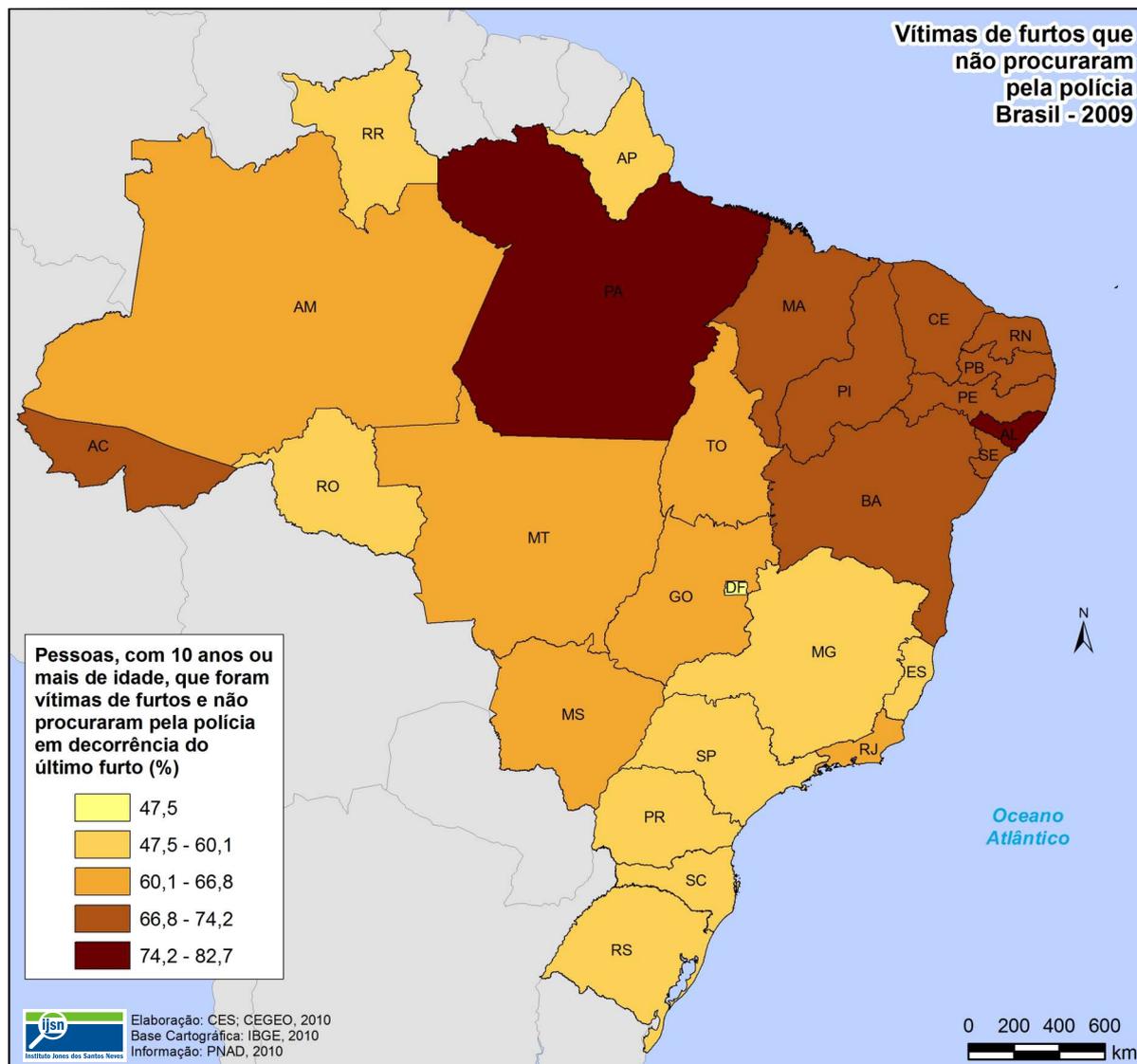


Figura 14 - Mapa das vítimas de furtos que não procuraram pela polícia, Brasil – 2009



No estado do Espírito Santo, das 119 mil pessoas furtadas, 49,8% foram vitimizadas na própria residência ou na residência de terceiros, 26,8% em via pública e 11,5% em estabelecimento comercial. Telefone celular (30,4%), dinheiro, cartão de débito/crédito ou cheque (25,7%) e documentos ou objetos pessoais (23,7%) foram os principais bens furtados no Espírito Santo. Instalar, assim como foi feito para os dados nacionais, que 41,1% das vítimas de furto apontaram que tiveram outros bens furtados, que não estavam discriminados no questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Com base nesta mesma pesquisa de vitimização, constatou-se que no Espírito Santo a maioria dos furtos ocorreu na própria residência ou na residência de terceiros.

Do total de capixabas vítimas de furto, 60,0% não procuraram pela polícia em decorrência do último furto sofrido (Figura 14), sendo que 33,6% não procuraram a polícia porque não acreditavam ser importante procurar a polícia, 22,4% porque não acreditavam nesta instituição e 21,7% porque não queriam envolver a própria polícia ou tinham medo de represálias. Das 119 mil pessoas vitimizadas no estado do Espírito Santo que procuraram a polícia, 88,1% registraram o último furto na delegacia. Assim como identificado no caso dos roubos, observou-se que a maioria das vítimas de furtos não procura pela polícia e nem todas as pessoas que procuram, vão até a delegacia e registram a ocorrência.

3.4 Agressão Física

De acordo com a PNAD – 2009, dos 2,5 milhões de brasileiros, com 10 anos ou mais de idade, que foram vítimas de agressão física, 57,2% eram homens e 42,8% eram mulheres. Quanto a raça ou cor dessas vítimas, constatou-se que do total das pessoas que sofreram agressão física, 58,5% eram negras ou pardas e 40,8% eram brancas. A faixa etária de 16 a 24 anos apresentou o maior percentual de vítimas de agressões físicas (25,9%), seguida pelas faixas de 25 a 34 anos (24,6%) e 35 a 49 anos (21,7%). No Brasil, o perfil das vítimas potenciais de agressão física são os homens, as pessoas negras ou pardas e os jovens e adultos na faixa de 16 a 34 anos.

A distribuição das vítimas de agressões físicas segundo o rendimento mensal domiciliar per capita (salário mínimo) evidenciou as seguintes classes como as que apresentaram os maiores percentuais de vitimização no país: 1/2 a 1 salário mínimo (27,4%), 1 a menos de 2 salários mínimos (21,8%), 1/4 a menos de 1/2 salário mínimo (21,1%) e sem rendimento a 1/4 de salário mínimo (13,9%). Ou seja, a maioria (62,4%) das pessoas vítimas de agressões físicas se enquadravam no rendimento mensal domiciliar per capita inferior a 1 salário mínimo, diferentemente do perfil de vitimização de roubos e furtos.

Ainda analisando os dados para o Brasil, constatou-se que os principais agressores das 2,5 milhões de vítimas de agressões físicas eram pessoas desconhecidas (39,0%), pessoas conhecidas da própria vítima (36,2%) e cônjuge ou ex-cônjuge (12,2%). 48,0% dessas agressões ocorreram em via pública e 25,4% das últimas agressões aconteceram na própria residência das vítimas. O fato das pessoas desconhecidas se caracterizarem como os principais perpetradores, provavelmente, influenciou os locais onde aconteceram as agressões físicas, sobretudo, as vias públicas.

Das vítimas de agressão física, 55,7% não procuraram a polícia em decorrência da última agressão física. Os principais motivos dessas pessoas não terem procurado a polícia em decorrência da última agressão sofrida foram os seguintes: não queriam envolver a polícia ou medo de represália (33,1%), acreditavam que a agressão sofrida não era importante (18,2%) e não acreditavam na polícia (12,9%). É importante destacar que 29,0% das vítimas de agressão física apontaram outros motivos para não procurarem a polícia, que não foram discriminados

pela PNAD – 2009. Das 1,1 milhão de vítimas de agressão física que procuraram a polícia no país, 86,9% registraram a última agressão na delegacia. Assim como foi verificado para os roubos e furtos, a maioria das vítimas de agressão física não procurou pela polícia e nem todos dos que procuraram a polícia registraram a ocorrência.

No estado do Espírito Santo foi constatado que das 53 mil vítimas de agressões físicas, com 10 anos ou mais de idade, 46,0% eram homens e 54,0% eram mulheres. Quanto a raça e cor dessas pessoas, a PNAD – 2009 apontou que 60,2% eram negras ou pardas e 37,2% eram brancas. Dessas 53 mil vítimas de agressões físicas, 52,2% não procuraram a polícia em decorrência da última agressão sofrida. Dessa forma, constata-se que, no Espírito Santo o perfil das vítimas potenciais de agressão física, com base na pesquisa de vitimização, são mulheres e as pessoas de cor ou raça negra ou parda e que essas vítimas na maioria dos casos não procuram pela polícia para registrar a ocorrência.

É importante frisar que o IBGE não difundiu os dados estaduais sobre as faixas etárias e rendimento mensal domiciliar per capita (salário mínimo) das vítimas de agressão, bem como não foram publicadas informações sobre o tipo de agressor, local de ocorrência e motivação para não registrar a agressão na delegacia. As grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste) foram as unidades geográficas de análise utilizadas pela PNAD – 2009 no tratamento dessas informações.

Os dados divulgados para as unidades da federação possuíam caráter mais amplo, como os representados pelos mapas das Figuras 15 e 16. No primeiro mapa é possível identificar a distribuição das vítimas de agressões físicas por estados. No outro mapa identifica-se o percentual de vítimas de agressões físicas que não procuraram pela polícia em decorrência da última agressão sofrida.

Na Figura 15, Acre, Amapá e Rio Grande do Norte destacaram os maiores percentuais de vítimas de agressões físicas (2,4% a 3,2%).

Roraima e Maranhão registraram percentuais de vítimas de agressões físicas que variaram de 2,0% a 2,4%.

Alagoas, Distrito Federal e Rio de Janeiro apresentaram os menores percentuais de vítimas de agressões físicas (0,9% a 1,1%).

Por meio do mapa da Figura 16 constata-se que Piauí evidenciou o maior percentual de vítimas de agressões físicas que não procuraram pela polícia em decorrência da última agressão sofrida (75%).

Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Roraima e Tocantins registraram percentuais de vítimas de agressões que não procuraram pela polícia variando entre 58,8% e 67,9%. Com exceção do Rio de Janeiro, esses estados formaram dois clusters com elevados percentuais de vítimas de agressões que não procuraram pela polícia. Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Santa Catarina apresentaram os menores percentuais de vítimas de agressões que não procuraram pela polícia (36,5% a 44,8%).

Figura 15 - Mapa da vitimização de agressões físicas, Brasil – 2009

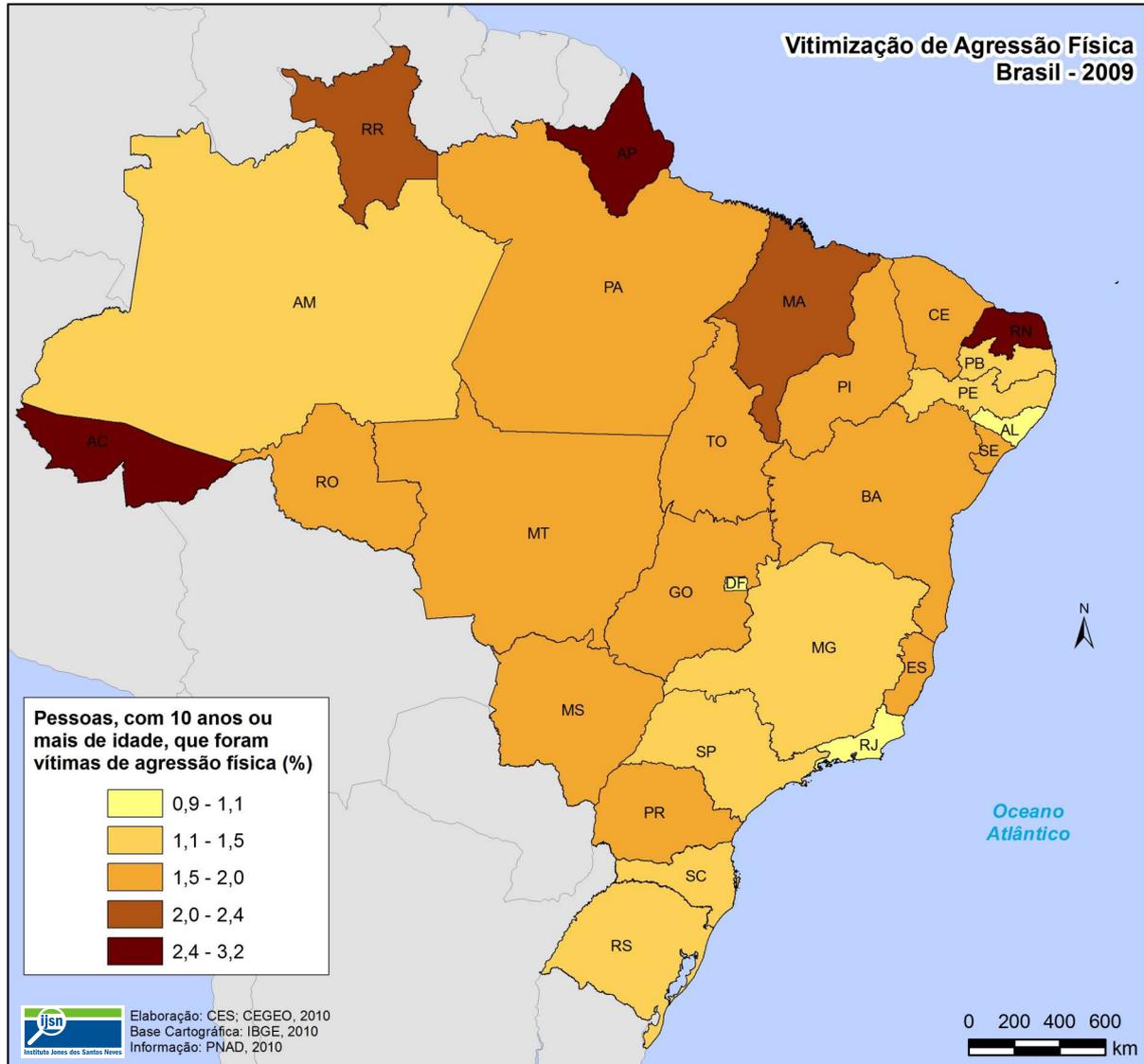
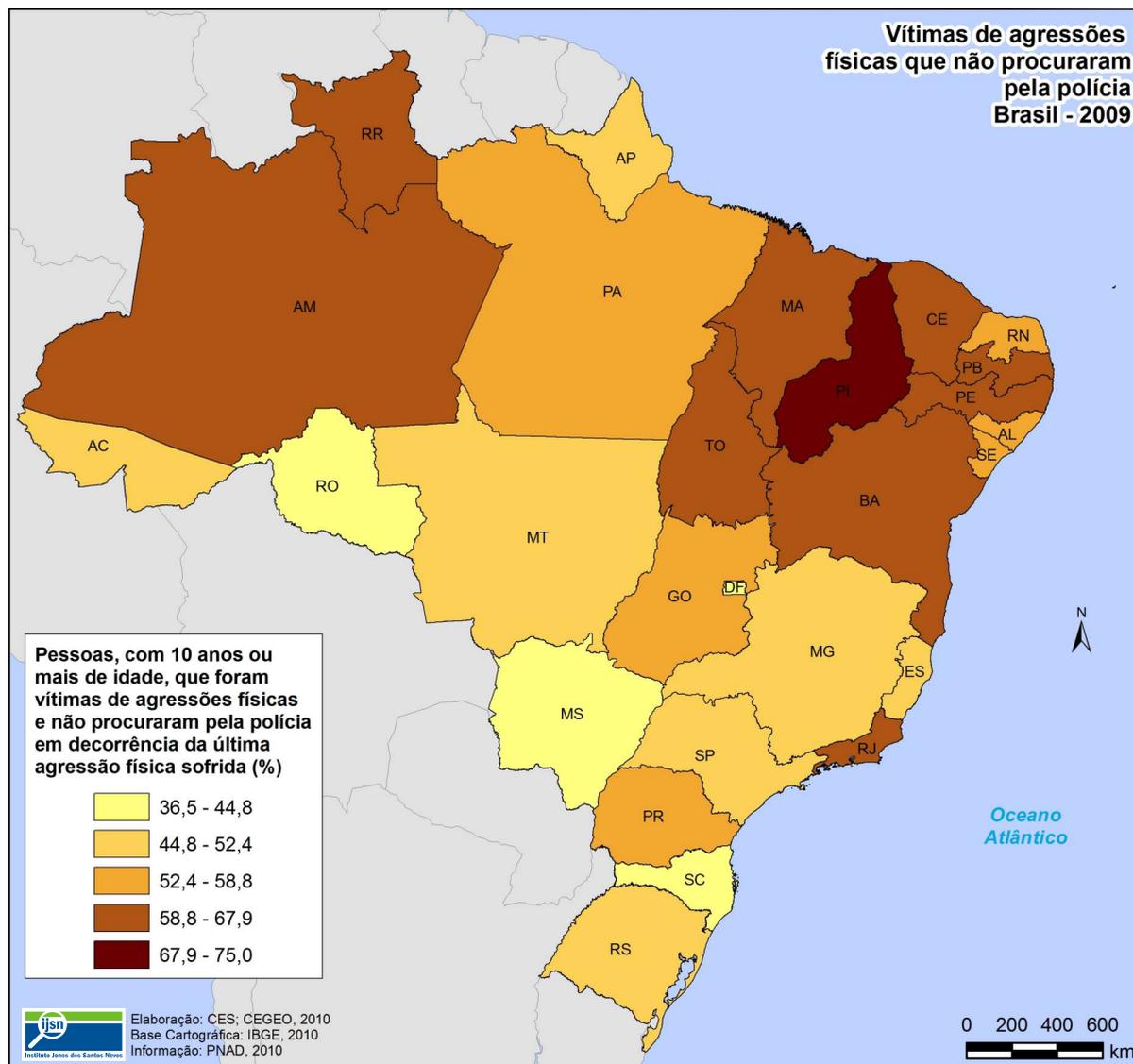


Figura 16 - Mapa das vítimas de agressões físicas que não procuraram pela polícia, Brasil – 2009



4. Considerações Finais

Com base na PNAD – 2009 e nas análises aqui estabelecidas, constatou-se as características sumariadas abaixo, tanto para o Brasil, quanto para o estado do Espírito Santo.

a) Sensação de Segurança, referente à violência:

- À medida que as pessoas se distanciam de seus domicílios e suas comunidades a sensação de insegurança aumenta;
- Os moradores da área urbana percebem uma maior insegurança, referente à violência, quando comparados com os moradores da área rural;
- Mesmo sendo as principais vítimas de homicídios, roubos e furtos (FBSP, 2010; PNAD, 2009), os homens, com 10 anos ou mais de idade, compartilham uma maior sensação de segurança, quando comparados com as mulheres;
- As pessoas de cor ou raça negra ou parda percebem um maior nível de insegurança nas cidades;
- As crianças e adolescentes (10 a 15 anos) compartilham de uma maior sensação de segurança e a população adulta (25 a 49 anos) compartilha de uma maior percepção de insegurança; e
- Quanto maior a renda mensal domiciliar per capita (salários mínimos), menor é a sensação de segurança das pessoas, com 10 anos ou mais de idade.

b) Dispositivos de Segurança:

- A grade na janela e/ou porta foi o dispositivo de segurança mais utilizado nos domicílios. Em seguida destacam-se o olho mágico, abertura na porta, corrente no trinco da porta e/ou interfone; a cerca eletrificada, muro ou grade com mais de 2m ou arame farpado

e/ou alarme eletrônico; e fechaduras extras, barras na porta e/ou janela contra arrombamento;

- Sob o efeito da cultura do medo, referente à violência, os espaços residenciais urbanos incorporam amplamente elementos medievais e prisionais que dão sentido à expressão “arquitetura do medo”;
- A arquitetura do medo é caracterizada, sobretudo, pelos seguintes elementos de segurança: paliçadas (“lanças”), seteiras (aberturas nas portas), muros altos, grades, cercas elétricas, arames farpados, pregos ou cacos de vidro nos topos dos muros, concertinas (rolos de arame farpado), torre de vigilância, circuitos de vídeo-monitoramento, sistemas de alarmes e sensores;
- Os dispositivos de segurança estão amplamente difundidos nos domicílios;
- A arquitetura do medo se mostra mais potencializada nos apartamentos do que nas casas; e
- Quanto maior a faixa de renda que se enquadra o domicílio, maior a presença dos dispositivos de segurança.

c) Roubos e Furtos:

- O perfil das vítimas potenciais de roubo e furto são homens e pessoas de cor ou raça negra ou parda;
- Os jovens e adultos (16 a 49 anos) são as principais vítimas de roubos e furtos;
- Quanto maior a classe de rendimento, maior é o percentual de vítimas de roubos e furtos;
- A maioria dos roubos acontece em via pública e o telefone celular é o bem mais roubado;

- A maioria das vítimas de roubos não procura pela polícia (BR: 51,6%; ES: 62,7%) por não acreditarem na referida instituição;
- Nem todas as vítimas de roubos que procuram pela polícia, vão até a delegacia e registram a ocorrência (BR: 90,2%; ES: 83,3%);
- A maioria dos furtos acontece na própria residência da vítima ou na residência de terceiros e o dinheiro, cartão de débito/crédito ou cheque e o telefone celular são os bens mais furtados;
- A maioria das vítimas de furtos não procura pela polícia (BR: 62,3%; ES: 60,1%) por não acreditar ser importante procurar a polícia, talvez pelo bem furtado possuir um valor não muito significativo; e
- Nem todas as vítimas de furtos que procuram pela polícia, vão até a delegacia e registra a ocorrência (BR: 89,8%; ES: 88,1%).

d) Agressões Físicas:

- No Brasil, o perfil das vítimas potenciais de agressões físicas são homens e pessoas de cor ou raça negra ou parda;
- No Espírito Santo, o perfil das vítimas potenciais de agressões físicas são mulheres e pessoas de cor ou raça negra ou parda;
- No Brasil, os jovens e adultos (16 a 34 anos) são as principais vítimas de agressões físicas;
- No Brasil, quanto menor o rendimento mensal domiciliar per capita, maior é o percentual das vítimas de agressões físicas;
- No Brasil, os principais agressores das vítimas de agressões físicas são pessoas desconhecidas (39,0%);

- No Brasil, as agressões físicas ocorrem potencialmente em vias públicas (48,0%);
- Tanto no Brasil, quanto no Espírito Santo a maioria das vítimas de agressões físicas não procura pela polícia para registrar a ocorrência (BR: 55,7%; ES: 52,2%);
- No Brasil, a maioria das vítimas de agressões físicas não procura pela polícia porque não querem envolver a polícia ou porque tem medo de represálias (33,1%); e
- No Brasil, nem todas as vítimas de agressões físicas que procuram pela polícia registram a ocorrência na delegacia (86,9%).

O quantitativo acima revela que, salvo algumas variações mínimas, o estado do Espírito Santo apresentou um padrão de vitimização semelhante ao do Brasil.

Por meio da análise aqui desenvolvida identificou-se que o suplemento de vitimização da PNAD – 2009 cumpriu com os objetivos de aferir os dados sistematizados pelos bancos de dados oficiais, oferecer informações complementares para o estudo do crime, estimar a sensação de segurança referente à violência, avaliar as táticas de auto-proteção adotadas pela população, traçar o perfil socioeconômico das vítimas de roubo, furto e agressão física e medir a confiança das pessoas nas polícias.

Como visto, a regularidade e a continuidade das pesquisas de vitimização são medidas fundamentais para a investigação criminológica e para o desenho de políticas e ações estratégicas na Segurança Pública, Justiça Criminal e campos afins. Além disso, a implementação das pesquisas de vitimização nas escalas estaduais e municipais contribuirão ainda mais para a produção de conhecimento essencial para o tratamento do fenômeno social da criminalidade violenta.

5. Referências Bibliográficas

BAIERL, Luzia. Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência. São Paulo - SP: Cortez, 2004.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo - SP: Editora 34 / Edusp, 2000.

_____. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. In: Ciência e Cultura. V. 54, n. 1, 2002, pp. 44-46. Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.bvs.br>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

CARNEIRO, Leandro. Pesquisa de vitimização e gestão da segurança pública. In: São Paulo em perspectiva. São Paulo - SP: v. 21, n. 1, pp. 60-75, 2007.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO Waldir; CARVALHO, Alexandre. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro - RJ: IPEA, texto para discussão n. 1144, 2005.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – 2010. São Paulo - SP: FBSP, 2010.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis - RJ: 1987.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD: características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil - 2009. Rio de Janeiro - RJ: IBGE, 2010.

IJSN, Instituto Jones dos Santos Neves. Boletim de informações criminais -2º quadrimestre de 2010. Vitória - ES: IJSN, 2010.

LIRA, Pablo. Instâncias urbanas e violência: uma análise dialética. Dissertação de mestrado. Vitória - ES: UFES, 2009.

PERALVA, Angelina. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2000.

RAIZER, Eugênia et al. Projeto Banco de Dados sobre Violência Criminalizada. In: Ufes cidadã. Vitória - ES: Edufes, v. 1, n. 1, pp. 1-40, 2004.

SANTOS, Danielly; GUIMARÃES, Gustavo. Arquitetura da violência: o mercado de segurança patrimonial e seus custos. Disponível em: <<http://www.uff.br/arqviol>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo. São Paulo - SP: Unesp, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo - SP: Instituto Sangari, 2010.

ZALUAR, Alba. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro - RJ: Editora FGV, 2004.

ZANOTELLI, Cláudio. O espaço da violência na Grande Vitória: o caso dos homicídios. In CAMACHO, Thimoteo (org.). Ensaio sobre violência. Vitória - ES: Edufes, 2003, pp.237-260.



Instituto Jones dos Santos Neves

Coordenação Geral

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Diretora-presidente

Ana Paula Santos Sampaio
Socióloga, coordenadora de Estudos Sociais

Equipe Técnica

Pablo Lira
Geógrafo, especialista em Estudos
e Pesquisas Governamentais

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar

Capa

Lastênio João Scopel

Editoração

Arthur Ceruti Quintanilha
Lastênio João Scopel



www.ijsn.es.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento

www.es.gov.br